DA RECUSA À CONSCIÊNCIA: AS POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

From refusal to awareness: the possibilities of building a black identity

Fernanda Trajano da Silva

Universidade Estadual de Londrina – UEL

Resumo: A partir do processo de colonização europeia no Brasil, foi imposta no país uma ideologia de branqueamento físico e cultural que obteve resultados parciais devido ao enfrentamento feito pelas organizações negras ao promoverem uma reflexão sobre raça às pessoas negras. A relação hierárquica, violenta e de dominação, instituiu a identidade branca como a referência, em oposição ao negro, classificado simbolicamente como o diferente e o outro e, objetivamente, mantido em posições subalternas. Sendo assim, o artigo se propôs analisar como diferentes autores podem ser mobilizados para interpretar e compreender a construção da identidade negra ou as estratégias de distanciamento dela. A pesquisa trata-se de uma revisão narrativa cujos autores foram selecionados a partir de três critérios: a construção social da identidade; o processo de racialização e branquitude no Brasil; e a articulação entre a dimensão estrutural das desigualdades e seus efeitos psíquicos nos sujeitos negros. Os conceitos trabalhados se mostraram úteis e pertinentes para compreender e explicar as etapas que o sujeito atravessa até possivelmente se reconhecer enquanto negro, do âmbito subjetivo ao social. Concluiu-se que a formação do sujeito negro foi comprometida pelos processos de desumanização, levando-o ao desejo de brancura e a manipular sua identidade. A aproximação com a identidade branca pode se configurar como uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade que inferiorizou tudo relacionado à negritude. E a cura para essa ferida está na construção de uma identidade negra positiva, desvinculada de padrões eurocêntricos, tornando o negro agente transformador da história.
Palavras-chave: Negritude; Identidade; Consciência.

Abstract: Starting with the process of European colonization in Brazil, an ideology of physical and cultural whitening was imposed on the country, which achieved partial results due to the resistance of black organizations in promoting reflection on race among black people. The hierarchical, violent, and domineering relationship established white identity as the reference point, in opposition to black identity, which was symbolically classified as different and other and objectively maintained in subordinate positions. Thus, this article aims to analyze how different authors can be mobilized to interpret and understand the construction of black identity or strategies for distancing oneself from it. The research is a narrative review whose authors were selected based on three criteria: the social construction of identity, the process of racialization and whiteness in Brazil, and the articulation between the structural dimension of inequalities and their psychological effects on black subjects. The concepts explored proved useful and relevant for understanding and explaining the stages that individuals go through until they possibly recognize themselves as black, from the subjective to the social sphere. It was concluded that the formation of black individuals was compromised by processes of dehumanization, leading them to desire

whiteness ad manipulate their identity. The approximation with white identity can be configured as a survival strategy in a society that has inferiorized everything related to blackness. And the cure for this wound lies in the construction of a positive black identity, detached from Eurocentric standards, making black people agents of transformation in history.
Key-words: Blackness; Identity; Consciousness.

INTRODUÇÃO

A questão trabalhada no presente artigo surge do entendimento de que a negritude como consciência racial é uma descoberta e uma construção na vida de pessoas negras, não um dado natural, mesmo com a posse de suas características físicas reconhecíveis e visíveis. Ainda assim, é um processo que está no campo da possibilidade, pois nem todas as pessoas negras irão se reconhecer negras nesse sentido devido à imposição do embranquecimento físico e ideológico no Brasil, que remonta ao período colonial (Munanga, 1999).

Segundo Domingues (2007), a partir do século XIX, contudo, o país ganha perspectivas diferentes com os surgimentos de organizações negras, como o próprio Movimento Negro Unificado, mas também com os clubes sociais e teatros que propiciarão uma reflexão sobre raça à população negra brasileira. O combate realizado pelos movimentos negros foi fundamental para que as tentativas de alienação das pessoas negras, um projeto baseado na inferiorização e afastamento da negritude, não tivesse sucesso completo, o que demonstra como a consciência racial pode ser um instrumento para o questionamento e desmonte da supremacia branca.

Sendo assim, entende-se que a importância dos estudos sobre as relações raciais e a negritude se encontra em questões sociais e acadêmicas que se entrelaçam, de forma que as produções científicas possam contribuir para a transformação da realidade. A investigação sobre a identidade negra fornece possibilidades para a conscientização, sobretudo da população negra, mas também para os demais que, enquanto coletividade, devem estar comprometidos com a construção de uma sociedade efetivamente democrática e antirracista. Ademais, as produções científicas que abordam questões referentes à negritude, à história e às contribuições promovidas pela população negra, além das críticas às violências e desigualdades às quais estamos submetidos, questionam as perspectivas eurocêntricas que persistem na contemporaneidade mesmo dentro do ambiente acadêmico.

Os estudos sobre as relações étnico-raciais, em especial as pesquisas acerca da negritude, podem se configurar como uma tentativa e, simultaneamente, um resultado de romper com o confinamento racial do mundo acadêmico discutido por Carvalho (2006). Para o autor, sempre houve uma resistência da academia branca em falar de sua brancura e isso remete a algumas discussões de Bento (2022) em que se discute como o branco não se vê como sujeito racializado. Esse termo racializado, é sempre condicionado ao outro, visto que a brancura lhes parece sinônimo de universalidade. Sob essa perspectiva, essa universalidade branca perpassa pela academia. As teorias e interpretações das relações raciais no Brasil sempre foram racializadas devido à distância que existe entre intelectuais/acadêmicos brancos e intelectuais/acadêmicos negros, havendo uma forte segregação racial no mundo acadêmico.

Pensando a respeito dessa segregação e da exclusão, tanto de pessoas negras nas universidades quanto de suas produções científicas, uma pesquisa que questiona a branquitude em favor da construção da consciência racial de pessoas negras (que passam a partir dela a perceber e contestar as desigualdades e violências, reivindicando uma sociedade menos excludente e desigual) possui seu potencial de crítica não só para a sociedade, mas à própria academia e, por muitas vezes, à ausência de produções que tenham a perspectiva de autores negros.

Teoricamente o caminho entre o afastamento e a possível aceitação da negritude é um processo que pode ser analisado por diversos vieses, sendo assim, busquei discorrer sobre como diferentes autores podem ser mobilizados para interpretar e compreender a construção da identidade negra ou as estratégias de distanciamento dela.

O artigo está dividido em duas seções. A primeira, chamada *Identidade e Diferença,* como o próprio título diz, refere-se à concepção geral de identidade e como ela se relaciona e se constrói com a diferença em interdependência, base para se pensar as relações raciais e demais relações de poder. A segunda seção, *Identidade em perspectiva: branquitude e negritude,* inicia-se com a discussão acerca da branquitude, com as autoras Shucman (2020) e Bento (2022), somadas a Bourdieu (2004) e suas ideias a respeito da posse e exercício do poder simbólico pelos grupos dominantes. Quanto ao aspecto subjetivo, apresento duas autoras negras, ambas psicanalistas, Isildinha Baptista Nogueira (2021) e Neusa Santos Souza (2021), que dialogam com o social, abordando o mesmo fenômeno: o negro e a relação de

perseguição com sua negritude.

Com uma interpretação propriamente sociológica, Goffman (1988) dá continuidade à questão das violências que negros e negras engendram contra si, devido ao racismo, com oconceito de estigma, sendo a própria negritude a marca desabonadora que impõe ao sujeito negro a manipulação da identidade deteriorada. A possibilidade de romper com a autorrecusa, com o ciclo de autoviolências e as mutilações está na construção de uma nova identidade racial desvinculada de padrões embranquecidos e eurocêntricos, que, em Munanga (2020), está sintetizado em seu conceito de negritude. Entender-se como sujeitos conscientes que constroem relações de valorização com a sua negritude, e não mais de aversão à ela, também é explicado por Gordon (2023) e seus conceitos de consciência negra e Negra.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

A indagação que orienta a discussão, a negritude como construção da consciência racial, surge não somente de minhas formações acadêmicas, mas de minha vivência enquanto mulher negra. A escrita e os interesses de um pesquisador não são neutros, mas existem conforme a posição que ocupamos socialmente e as subjetividades inerentes a cada sujeito. Segundo Weber (2006, p. 11), a pesquisa social parte de um impulso, de um valor, fase inicial que deverá ser ultrapassada pelo rigor científico com seus métodos e resultados para se fazer ciência. Mas, em sua origem, o conhecimento científico é fruto do que a sociedade e os indivíduos, em seus contextos e épocas, dizem ser importante. A princípio, o que é significativo para o conhecimento é determinado pelas ideias de valor do próprio pesquisador, pois, para Weber (2006, p. 58), como seres de cultura, somos capazes de assumir uma posição diante da realidade do mundo e lhe atribuir sentido.

Sendo assim, as minhas ideias de valor a respeito da experiência de ser e se entender como negra, e que perpassam a minha própria existência, buscam alcançar sua validade científica através de uma análise teórica de determinados autores que fundamentam uma interpretação sobre o processo de construção da consciência racial. Por essa razão, a metodologia aplicada na seleção das obras

discutidas trata-se de uma revisão narrativa, um dos diferentes métodos possíveis para os estudos de revisão bibliográfica.

A revisão narrativa é um método de ampla descrição sobre um tema, mas que não possui pretensão de esgotar todas as fontes de conhecimento. Essa metodologia é comumente entendida como a produção de um estado da arte de um assunto, o que oferece uma rápida atualização a respeito dele. Sua busca, seleção e análise dos dados não são sistemáticas e têm como característica menor rigidez ao trazer reflexões, explorações, discussões e contextualizações de um tema (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 85-86). A busca pelas fontes de pesquisa não são pré-determinadas e específicas, o que a torna menos abrangente. Além disso, em uma possível consonância com Weber (2006), a revisão narrativa considera a subjetividade dos autores na escolha e interpretação dos estudos (Cordeiro *et al.*, 2007).

Portanto, a escolha dos autores traduz os meus posicionamentos, enquanto autora deste artigo, bem como a interpretação dada às suas contribuições. A leitura de determinadas fontes, no decorrer de minha formação, e o meu próprio entendimento e experiência, enquanto uma pessoa negra, foram motor para a emergência da questão e para o desenvolvimento desta neste artigo, que tem como proposta trazer uma análise teórica sobre o possível despertar da consciência racial no âmbito social e subjetivo. Para que o artigo se configure de outra maneira, com diferentes referências bibliográficas e uma interpretação diversa, quem escreve também teria de ser outra.

A pesquisa originou-se da produção de uma dissertação desenvolvida no curso de mestrado em sociologia, e os autores presentes foram escolhidos por permitirem estabelecer relações entre identidade, raça e estrutura social. A partir dessa base foram considerados dois amplos blocos de análise, o desejo pela brancura e, posteriormente, sua superação. Para explicá-los, os autores foram selecionados de acordo com três eixos, começando com a construção social da identidade, com contribuições da sociologia clássica como Bourdieu (2004), Goffman (1988) e Hall (2014). Suas produções analisam a identidade como construção social, histórica e relacional, especialmente em contextos marcados por desigualdades simbólicas e raciais.

O segundo eixo busca compreender o processo de racialização e branquitude no Brasil. Priorizando autores que investigam os mecanismos

históricos, sociais e subjetivos da racialização, no contexto brasileiro, com ênfase nas dinâmicas de branquitude e nos efeitos psíquicos do racismo, utilizou-se Munanga (2020), Bento (2022), Schucman (2020), Souza (2021) e Nogueira (2021). O primeiro e o segundo eixo, apesar de separados metodologicamente, compõem uma indissociabilidade, portanto noções como raça e branquitude não foram pensadas sem articular identidade e modos de subjetivação, permitindo estabelecer o terceiro eixo. Este último busca uma articulação entre a dimensão estrutural das desigualdades e seus efeitos na constituição subjetiva dos sujeitos racializados, conectando os autores citados juntamente com Gordon (2023).

Identidade e diferença

Para se pensar especificamente a identidade racial, me baseei, primeiramente, nas discussões a respeito da produção da identidade e da diferença contidas, sobretudo, em Hall (2014). Para o autor, o sujeito sociológico é formado pelas interações que intermediam os valores, os sentidos e os símbolos da cultura do indivíduo. Este sujeito é localizado dentro das estruturas e das relações sociais que sustentam a sociedade moderna, bem como constrói a subjetividade dos indivíduos através de sua participação. Os sujeitos também atuam na sustentação das estruturas por meio do exercício de seus papéis sociais. Em síntese, a identidade do sujeito sociológico se constrói entre o eu e a sociedade.

Segundo Woodward (2004), a produção das identidades está estreitamente ligada à produção da diferença, uma vez que a identidade é relacional e depende de um outro (a diferença) para existir. As identidades existem em oposição a algo, isto é, sua existência se constitui na exclusão daquilo que é diferente. Marcada pela diferença, a identidade é construída pelos sistemas simbólicos e pelas formas de exclusão que constituem um sistema classificatório que, através de princípios de diferença simbólica e social, divide os grupos em “nós” e “eles”, relegando os “outros” a desvantagens sociais e materiais.

Ainda em Woodward (2004), a definição de uma identidade como a norma e a marcação da diferença, junto à subjugação desse outro, revelam as dinâmicas das disputas de poder pelos recursos materiais e simbólicos. A identidade é material, tanto pelos recursos a que pode ter acesso quanto aos sistemas de representação que a sustenta. Assim, os grupos que possuem o poder de representar possuem o

poder de definir as identidades. Historicamente, as pessoas negras foram alocadas na categoria da diferença, dado que a identidade estabelecida por quem detém o poder foi a branca. O sujeito sociológico encontra-se nessa perspectiva, uma vez que ele é construído tanto nas estruturas quanto nas relações sociais, e é a partir de novas interações que os sujeitos negros podem se reconstruir em negritude e se tornar agentes confrontadores das estruturas opressoras.

Identidade em perspectiva: branquitude e negritude

Segundo Shucman (2020), a branquitude é entendida como uma ideologia de poder que coloca a identidade racial branca como a norma, devido a determinados processos históricos e sociais, como a colonização, o tráfico de africanos, a escravidão e a construção de novas nacionalidades na América. Para a autora, a branquitude é um lugar simbólico e social, e os sujeitos que ocupam essa posição foram sistematicamente privilegiados em relação aos recursos materiais e simbólicos gerados pelo colonialismo e imperialismo, que são preservados mesmo atualmente. No âmbito simbólico, as significações construídas socialmente atribuem sentidos de superioridade racial à branquitude, ainda que os indivíduos em si possam não se sentir assim. Da mesma forma que os privilégios materiais se concretizam na facilidade de acesso à moradia ou à educação, por exemplo, os privilégios simbólicos podem se realizar na existência de representação social em espaços públicos e privados, como na segurança ao fazer compras sem sofrer perseguição ou assédio, ou em não ter a sua aparência ligada à pobreza, à sujeira e à má índole.

Concomitante, esses privilégios são promovidos a partir de um movimento de manutenção de poder da identidade racial branca ao qual Bento (2022) denomina de pacto narcísico da branquitude, “um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (p. 18). Esse movimento é um pacto de autopreservação frente à ameaça que o diferente representa para si, o normal. A branquitude é uma identidade construída com base no europeu branco que se colocou como universal em relação aos negros africanos. Resgatando Bourdieu (2004), em uma relação hierárquica, um grupo possui o poder de nomeação. Neste caso, os brancos ditam a normalidade e determinam o significado de si e do outro, constituindo a si mesmos como referência de humanidade. A branquitude, como classe dominante, ao possuir o poder simbólico, tem o poder de definir o real e instituir seu ponto de vista como absoluto e oficial, tanto nas estruturas objetivas quanto na

percepção dos agentes. Ela mantém, objetivamente, a população negra em subalternidade, ao passo que constrói categorias de apreciação e percepção que reforçam essas estruturas e relações de dominação.

A pessoa negra, ao não construir uma identidade negra consciente, torna-se refém do desejo pela brancura, comprometendo suas subjetividades ao estabelecer uma relação de perseguição consigo mesmo e com seu próprio corpo e que carrega as significações de inferioridade, de ser indesejável e inadequado, atribuídas pela branquitude. Romper com esse desequilíbrio entre o corpo real e o corpo do desejo só é possível, para Souza (2021), com a construção de um novo ideal do ego, que é a construção de uma nova identidade. Para a autora, a harmonia interna de um indivíduo se dá pelo equilíbrio entre o ego atual e o ideal do ego. A distância entre eles, em casos em que o negro possui o ideal do ego branco, gera um sofrimento psíquico nos indivíduos devido às suas tentativas de se encaixar, perseguindo e negando a si mesmos.

De acordo com Nogueira (2021), para as pessoas negras, o processo de individuação, comum ao ser humano, é atravessado por comprometimentos que remontam à escravidão e seus processos de desumanização, pois, para os negros, o reconhecimento e as relações sociais e de identificação com o outro, fundamental para tornar-se indivíduo, foi impossibilitado ao serem coisificados, identificados como peças ou mercadorias entre si e socialmente. Sendo assim, o negro não desenvolveu uma identificação com seus semelhantes, pois estes representavam a condição intolerável de ser negro, de ser um objeto, mas sim com a classe dominante e seus valores, a branquitude.

O desejo pela brancura pode ainda ser interpretado por Goffman (1988) como a manipulação da identidade deteriorada, uma necessidade que surge diante de uma relação estigmatizante. Para categorizar as pessoas, a sociedade estabelece um conjunto de atributos que são considerados naturais e comuns, e o indivíduo, ao não possuí-los, tem suas características tidas como um defeito, como atributos depreciativos que configuram o que o autor chama de estigma. O estigma existe apenas dentro de uma relação, o que implica relações de poder entre quem determina quais e o que são os atributos aceitáveis e os que são classificados como anormais.

Considerando a formação do país, as relações de poder se deram entre brancos e negros, com o primeiro grupo sendo o detentor de poder. A identificação do

sujeito negro foi coercitivamente moldada para a branquitude, socialmente e subjetivamente. Para as pessoas negras, a identidade deteriorada é a própria condição de ser negro, e sua manipulação se realiza na busca pela brancura, uma vez que sua cor e raça foram atreladas pelos brancos aos estigmas de irracionalidade, feiura, sujeira, incivilidade, vadiagem, primitivismo, animosidade, entre outros.

A cura dessa ferida narcísica que a pessoa negra engendra em si mesma está, nos termos de Souza (2021), na construção de um novo ideal do ego, de uma nova identidade, a identidade negra. A recusa à assimilação aos padrões brancos leva a aceitação da negritude e faz com que a pessoa negra se afirme, segundo Munanga (2020), culturalmente, moralmente, fisicamente e psiquicamente. Esse processo pode acontecer, segundo o autor, através de três fatores que levam à negritude: histórico, linguístico e psicológico.

O fator histórico se relaciona ao conhecimento, à consciência e à ancestralidade. Sua importância está na preservação e transmissão da memória de um povo para as gerações futuras, capaz de gerar coesão em um grupo, uma ameaça aos colonizadores, que utilizaram a destruição e invisibilização da história africana como estratégia de dominação. O fator linguístico se expressa de outras formas, para além da língua oral, em grande parte perdida na imposição da língua europeia. As formas de expressão da identidade negra encontradas constituem outros tipos de linguagem, como estilos musicais, moda e a estética. Por sua vez, o fator psicológico diz respeito ao sentimento de pertencimento e solidariedade que a identificação com um grupo promove.

A concepção de identidade negra ou negritude, para Munanga (2020), está em sua construção de que é possível, por meio da recusa à branquitude e pela aceitação das características físicas, pois o corpo é a sede material de todos os aspectos da identidade, passando depois para os atributos mentais, culturais, morais e psicológicos. O autor define a negritude como sendo o reconhecimento de uma história comum negra de desumanização e violência e, a partir disso, a construção de uma solidariedade entre as vítimas desse processo perpetrado pelo mundo ocidental branco. A negritude é a construção de uma identidade negra positiva que se afasta de padrões eurocêntricos, opondo-se à identidade branca, e também uma ferramenta potencializadora das lutas pela garantia e manutenção dos direitos dos negros historicamente negados.

Entendendo a negritude como consciência racial, Gordon (2023) apresenta

dois tipos existentes: a consciência negra em letras minúsculas e a consciência Negra em letras maiúsculas. O autor aborda dois níveis de consciência das pessoas negras, que apesar de suas diferenças, são ambos temidos em sociedades antinegras, nos termos do autor, ou racistas. A consciência negra é definida como passiva, pois ainda é um rude despertar em relação à consciência Negra, que é ativa e política. A percepção do ódio contra pessoas negras e a necessidade de se lutar contra a opressão (consciência negra) caminham para a busca, de fato, de possibilidades de transformação da realidade social, de forma que o negro se torne agente da história (consciência Negra).

De acordo com Gordon (2023), o negro agente representa um perigo em sociedades racistas. A consciência Negra é temida pelos estados que têm seu poder fundamentado na opressão de pessoas negras e, por isso, é impedida por eles através da violência. Como estratégia, bloqueiam recursos pelos quais as pessoas negras podem se apresentar enquanto humanas, como a política. A consciência Negra está intrinsecamente ligada ao conceito de poder Negro, uma vez que o empoderamento dos indivíduos, vítimas de sistemas de opressão, é fundamental para o fim destes, pontua o autor.

A possibilidade da identidade negra foi encontrada em Munanga (2020) e Gordon (2023) através da construção de uma identidade negra positiva, desvinculada de padrões eurocêntricos, empoderada e consciente da opressão e das lutas necessárias para o fim dela. Souza (2021) também apresentou, de forma semelhante, essa possibilidade. Em seus termos, a cura para a ferida narcísica está na construção de um novo ideal do ego, que entendo como uma nova identidade, agora fundamentada na negritude. Enquanto identidade de oposição, que faz parte do processo de construção da identidade racial, a identidade branca foi entendida, segundo Shucman (2020) e Bento (2022), como uma identidade baseada no europeu e instituída como a norma em relação às pessoas negras, devido aos processos históricos de dominação que lhes concederam o poder de definir a realidade material e simbólica dos grupos oprimidos, como explicado em Bourdieu (2004).

Além disso, a consciência Negra, sendo definida como o negro tornando-se agente da história, pode se conectar ainda com os debates pertinentes à sociologia contemporânea sobre as teorias de estrutura e agência. A construção da identidade racial pode ser interpretada como uma das formas de práticas de agência de cunho transformador, a nível individual e coletivo, negando a passividade da população

negra e afirmando sua atividade nas disputas de poder. Porém, a aproximação do modelo de identidade branca também pode se constituir como agência, agora conservadora das estruturas, como forma de estratégia de sobrevivência em uma sociedade que define e coloca o negro como economicamente, politicamente e socialmente inferior. É preciso pontuar que, no Brasil, muitos negros buscaram tornar-se gente tornando-se brancos, pois os dois eram vistos quase como sinônimos, uma vez que as noções de respeito, de cidadania, de dignidade e mesmo de humanidade foram atribuídas aos brancos.

A partir da discussão realizada, sugere-se a possibilidade da existência de dois momentos distintos na trajetória dos sujeitos negros: antes da consciência racial e depois de sua construção. O momento anterior à identidade negra é marcado pelo sentimento de inferioridade e auto-ódio, além da recusa de tudo que possa lhe identificar como negro, que se manifesta através das tentativas de embranquecer a si próprio. Nessa situação contou-se com os conceitos e noções de branquitude, estigma, manipulação da identidade deteriorada e ferida narcísica/ideal do ego para interpretá-la. No momento seguinte, o despertar e a construção da identidade negra são entendidos a partir dos conceitos de negritude, consciência negra/Negra e agência. Sendo assim, a partir do grupo de autores abordados foi possível fundamentar a ideia de que os sujeitos negros podem ou não construir suas identidades raciais, explicando, em teoria, como e por que esse processo poderia ou não ocorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei demonstrar brevemente como a identidade das pessoas negras pode ser analisada e interpretada por diversos autores. O afastamento da identidade negra e suas consequências no âmbito subjetivo foram exploradas em Souza (2021) e Nogueira (2021) que, através da psicanálise, buscam compreender a racialização do indivíduo negro. De forma desigual e violenta, as significações atribuídas aos negros foram todas negativas, colocando-os em uma posição distante e contrária ao conjunto de valores sociais estabelecidos e reconhecidos socialmente. Desta forma, a possibilidade de uma construção de identidade saudável, na qual há coerência entre a realidade do que somos e o desejo de sermos algo, ficou comprometida devido aos processos desumanizantes da história dos negros no Brasil.

Mobilizando diferentes autores, foi possível analisar uma realidade presente a vida das pessoas negras, sejam elas conscientes de sua raça ou ainda subjugadas pelo desejo da brancura. Os conceitos mostraram-se capazes de explicar ou fornecer interpretações acerca das etapas que o sujeito atravessa até possivelmente se reconstruir e se reconhecer enquanto negro ou não. A construção, como posta no decorrer do artigo, é interpretada como uma transformação do negro como agente. Porém, é preciso estar atento a outra possibilidade, a de que, apesar dos sofrimentos e do peso das estruturas, os negros que se afastam da negritude também podem ser vistos como agentes, a depender da análise. Ambos podem buscar, como classe ou indivíduos, transformar ou manter a ordem vigente, garantindo sua sobrevivência, ainda que, em uma interpretação particular, a segunda estratégia se finde no próprio sujeito e não possua aspirações coletivas, o que é fundamental para grupos racializados realmente questionarem as formas de opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas, habitus e práticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 60-81.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto. OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-103, 2006.

CORDEIRO, Alexandre Magno. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo:** Rio de Janeiro, p. 100-122, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GORDON, Lewis Ricardo. **Medo da consciência negra**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Indentidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SOBRE A AUTORA

Fernanda Trajano da Silva é mestra em sociologia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e atua como professora de sociologia no ensino básico do Paraná. ORCID 0009-0002-2797-2187. E-mail: fernandafts.trajano@gmail.com .